

CASAIS GAYS E FAMÍLIAS TRADICIONAIS: CONCEPÇÕES HISTÓRICO-EDUCATIVAS E DISCURSOS EXCLUDENTES

Robson José de Oliveira Brito

Universidade Federal de Pernambuco, robsonbrito.acad@yahoo.com

Resumo: Os casais gays estão emergindo cada vez mais, saindo da clandestinidade e revelando-se como sujeitos. Sujeitos estes que passam a ser como os heterossexuais, possuidores de direitos civis. No entanto, em uma sociedade demarcada pela heteronormatividade, alguns gays possuem uma relação de conflitos com os parentes por estarem vivendo e tendo um relacionamento homoafetivo de maneira escondida ou não dos seus familiares. Neste contexto, mesmo aqueles que são assumidos continuam a suportar calados e diariamente a ideia de moralidade que se entranha nas paredes do lugar que eles chamam de “Lar”. Em face disto, o objetivo deste artigo é compreender a construção social/histórica da família e o discurso excludente da existência de casais gays e de conflitos entre estes grupos. Para isso nós iremos descrever algumas características destes grupos familiares e identificar como se dá o namoro de casais homoafetivos nestes contextos. Como metodologia utilizamos uma perspectiva bibliográfica. As conclusões parciais que chegamos foi que mesmo diante de um modelo familiar hegemônico e excludente, os casais gays possuem como referência social estes mesmos modelos, mas por um outro lado também vêm em si mesmos a quebra de um paradigma estabelecido e o surgimento de novos referenciais de relacionamento afetivo/amoroso.

Palavras-chave: Casais Gays, Famílias, Discursos Excludentes.

INTRODUÇÃO

Os relacionamentos amorosos sempre existiram na história da humanidade, sejam eles heterossexuais ou homossexuais. No entanto, em uma sociedade demarcada pela heteronormatividade, alguns gays possuem uma relação de conflitos com os parentes por estarem vivendo e tendo um relacionamento homoafetivo de maneira escondida ou não dos seus familiares. Neste contexto, mesmo aqueles que são assumidos continuam a suportar calados e diariamente a ideia de moralidade que se entranha nas paredes do lugar que eles chamam de “Lar”.

Entretanto, essa temática ainda necessita de mais discussões e do alargamento sobre o ponto de vista com que é discutida. Assim, utilizamos nesse trabalho autores/as como Ariès (2006), Costa (2004), Foucault (1988), Veiga-Neto (2007), Britzman (1996) pois compreendemos que eles/elas podem ajudar nesse estudado mais profundamente se levar em consideração a relevância das contribuições que trazem para a questão.

Ao aprofundar essa discussão e acrescentar mais pragmatismo à temática, verifica-se na contemporaneidade que alguns relacionamentos gays convivem simultaneamente com famílias tradicionais de forma “velada”. Falar sobre isso até pode ser e/ou parecer para alguns, corriqueiro, passageiro e de pouca importância. Mas o olhar sobre a realidade, a partir do trabalho reflexivo, talvez possa ser um instrumento de extrema importância para a

compreensão de tais fatos. Neste sentido, fugindo de uma explicação definitiva sobre o fenômeno, consideramos importante o tratamento deste porque ele pode ser uma relação de poder estabelecida e conflituosa entre família e sujeito que se autodenomina “gay”. Tratar deste tema é, além de curioso, delicado pois incomoda o pensamento moralista da família tradicional brasileira, mas sobretudo porque demonstra um campo nas relações sociais em constante embate com a ideia tradicional de moralidade.

Em face disto, o objetivo deste artigo é compreender a construção social/histórica da família e o discurso excludente da existência de casais gays e de conflitos entre estes grupos. Para isso nós iremos descrever algumas características destes grupos familiares e identificar como se dá o namoro de casais homoafetivos nestes contextos.

METODOLOGIA

Este artigo tem uma metodologia amparada com a abordagem qualitativa de interpretação das realidades socialmente construídas (LUDKE e ANDRÉ, 1986). O método utilizado para a construção deste estudo é de cunho bibliográfico. Buscamos com isso fazer um pequeno levantamento de referenciais teóricos específicos que vão tratar, do que chamamos de família tradicional, ao longo dos anos e de como isso foi reproduzido na sociedade. Esta decisão se justifica porque nós queremos fazer um pequeno esforço para entender (sem se pensar em respostas definitivas) a problemática de casais LGBT que convivem com famílias tradicionais. Para fundamentar esta escola, corroboramos com a ideia de que a pesquisa bibliográfica:

(...) é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Com isso buscamos pensar em uma estrutura simples de análise dos textos, fazendo inferências centrais nas quais buscamos revisitar e refletir ao mesmo passo em que introduzimos a problemática, aprofundando sua discussão. A metalinguagem envolvida nesse processo busca dar conta dessa estrutura mínima de análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico nos preocupamos em abordar em uma perspectiva não linear, a história da família tradicional, os costumes, as culturas e principalmente como os contextos sociais foram importantes para a construção de um discurso normativo e generalizado de como deve ser composta uma família, segundo este discurso. Bem como buscamos compreender minimamente como a educação familiar e escolar participaram desse processo. Por último, problematizamos e refletimos como os conflitos entre casais gays e famílias tradicionais aos quais estes estão imersos ou convivem, se dão no cotidiano.

UMA BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA FAMÍLIA TRADICIONAL

A história da composição de famílias é um tema antigo. Datando desde o período clássico até a atualidade percebe-se maneiras pontuais de organização e de cotidiano da vida familiar. Na idade média na Europa a vida humana era retratada em obras de arte em suas maiorias das vezes representando fatos, sentimentos, emoções que remetiam a esse cotidiano. Principalmente no que se refere ao ofício que cada pessoa exercia. Era como se a vida significasse o trabalho que se fazia, o que parece totalmente natural aos olhos dos historiadores modernos. Essa impressão sobre quem é a partir do que esse alguém faz é uma característica presente nas obras de arte da idade média e continuou desta forma por longos séculos. Isso demonstra o apego emocional que as pessoas tinham ao escolherem essa parte de suas vidas como importante o suficiente para serem eternizados nas mãos dos artistas da época.

Para além disso, é interessante como as famílias da idade média sempre se recolhiam em ambientes protegidos, geralmente domésticos. Isso significa dizer que a família em sua ideia central poderia ser considerada um lugar de apoio, segurança e afeto.

Neste cenário o que se destaca são os trabalhos manuais do campo. Nele vemos homens pegando em ferramentas e fazendo o cultivo de uma variedade agroecológica para subsidiar e sustentar sua vida e de seus familiares. A figura da mulher também aparece, geralmente como a dona de casa ou desempenhando funções secundárias nas atividades campesinas, como dar de beber aos trabalhadores após a colheita em um dia de verão.

Outra coisa retratada eram as ruas. No uso delas entende-se que há a intenção de representar a extensão da vida privada e das relações sociais e a partir disso as festividades

que ocorriam em meio a este ambiente aberto, como é o caso dos torneios entre cavaleiros e cavaleiros e das festas folclóricas.

No entanto, a ideia de vida por assim dizer começou a se modificar no século XVI com a valorização da hierarquia familiar e com a compreensão de que esta simbolizava uma vida duradoura. Assim, as artes passaram a enfatizar esses aspectos, nos calendários principalmente, onde cada mês acompanhava as estações da colheita, fortalecendo a ideia de ofício, e famílias trabalhando nestes espaços, valorizando-as.

As religiões sem sombra de dúvida exerceram um papel fundamental nesta história. De igual modo, família hierarquizada significa um casamento hierarquizado, demarcando o patriarcalismo e a centralização da figura masculina, heterossexual e paterna. Saindo das ruas, aqui as igrejas ganham um peso muito grande, quase como se a família fosse a representação do próprio Deus cristão. Esteticamente as famílias começaram a aparecer em momento como o jantar, com todos os membros em volta de uma mesa com muitas variedades de comidas, frutas na maioria das vezes.

No século XVII o anacronismo geracional da vida, por assim dizer, as imagens que representam o imaginário das fases da vida em família começaram a ganhar destaque. A virilidade masculina e paterna é enfatizada, geralmente com a figura de um pai ao centro de uma mesa de jantar ou alguma outra forma de reunião familiar.

Com isso, a família conjugal moderna vai aos poucos se formando no cotidiano e no imaginário coletivo e histórico humano. Nesse sentido a ideia de uma educação doméstica, passada de geração em geração, afasta-se pelo que hoje conhecemos como uma escolarização ou alguma ideia mais pedagógica. Naquela época as crianças aprendiam muito mais empiricamente, ou seja, no mundo da prática social e assim era reproduzida de geração para geração. Aprendiam e reproduziam inclusive a “forma correta” de família: mãe, pai e filhos. E assim, formas outras de relação social eram dispensadas e repudiadas devido ao perigo que estas apresentam para o modelo de família predominante.

Ao longo da história humana algumas formas de família prevaleceram sobre outras. Mas os historiadores e estudiosos concordam que o modo de família medieval continuou na idade moderna, à partir dos modelos que burgueses e nobres viviam com famílias não-solitárias e centralizando toda atenção do grupo para as crianças, além do sentimento de casa/lar. Esse sentimento de família pouco se alterou até os dias atuais. Como afirma Philippe Ariès, a que devemos boa parte dessas reflexões:

O casamento tardio, a precocidade do trabalho, os problemas habitacionais, a mobilidade do estágio do auxiliar junto ao mestre, a persistência das

tradições de aprendizagem – todos esses fatores constituíram obstáculos ao modo ideal de vida familiar burguesa, obstáculos que a evolução dos costumes pouco a pouco removeria. A vida familiar estendeu-se a quase toda a sociedade, a tal ponto que as pessoas se esqueceram de sua origem aristocrática e burguesa. (2006, p. 189)

Ainda nessa perspectiva de resgate histórico, outro autor, Jurandir Freire Costa, trata das concepções sociais e médicas envolvidas com as famílias desde a época colonial brasileira até os dias atuais. Ele fala que na época colonial a criança era tida como secundária, em uma importância menor para a motriz familiar. Os adultos, como mantenedores e pessoas responsáveis pela subsistência da vida, eram tidas como mais relevantes. Nessa visão, como eles trabalham e tomam as decisões políticas são eles as figuras centrais e de direito.

Em contrapartida, quando estas mesmas crianças cresciam, pelo menos nas classes dominantes da sociedade, sofriam fortes influências e controle dos pais para a continuidade da família e a tradição cultural de determinada família, perpetuando o seu “nome”. Desta forma, a conjugalidade entre homem e mulher era o papel a se desempenhar na base familiar. Isso sem entrar na questão da sexualidade, que é muito complexa pois até a masturbação era vista como doença ou crime.

No que se refere ao casamento, na época colonial ele era realizado entre homem e mulher e geralmente seguindo a lógica de herança familiar e uma espécie de contrato de interesses econômicos. Portanto a conjugalidade não celebrava a união amorosa entre dois indivíduos. Outra característica é a disparidade etária entre homem e mulher, onde o homem sempre era o mais velho e a mulher já poderia se casar desde a adolescência.

Neste cenário a religião teve um papel fundamental de controle da sexualidade. O ato de intercurso só era permitido com o fim de procriação e obediência das leis do Divino. Isto causou o condenamento automático de sexualidade desviantes ou de atos sexuais autônomos e fora do casamento, seja antes, durante ou depois. Além disso, dentro do próprio casamento era necessário ter a disposição mínima para o ato sexual e também evitar o excesso dele.

Todos esses fatos juntos caracterizam uma moral familiar e um suposto bem estar social que prevalece até os dias atuais. Logo, as práticas desviantes desse padrão comportamental eram execradas, humilhadas e os indivíduos que as praticavam eram punidos severamente, inclusive para servir de exemplo para a educação infantil na tentativa de impedir o crescimento contingente dessa “doença” homossexual. A existência homossexual era um confronto direto a função paternal e ideia machista do homem como centro da família. A igreja mais uma vez, e alguns autores da Literatura como Gregório de Matos, recriminavam o

ato e reproduziam a discriminação com estes indivíduos. Mesmo a prática sendo aceita em tribos como a dos tupinambás, ainda assim a Igreja não reconheceu sua “normalidade”.

A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO EXCLUDENTE E HETERONORMATIVO

Comprendemos que todos nascemos imersos em um mundo já constituído pela linguagem, onde os discursos já estão construídos, circulando livremente e sem pudor. A partir deles nós vamos ao longo da vida tomando consciência de nós mesmos enquanto sujeitos. Veiga-neto (2007) alude esta ideia usando o pensamento de Foucault:

(...) o sujeito de um discurso não é só origem individual e autônomo de um ato que traz à luz os enunciados desse discurso; ele não é o dono de uma intenção comunicativa, como se fosse capaz de se posicionar de fora desse discurso para sobre ele falar. (VEIGA-NETO apud FOUCAULT, 2007, p. 91)

Neste sentido as famílias heteronormativas são compostas geralmente por sujeitos que já são socialmente construídos por uma determinada linha de discurso que os fazem naturalizar as maneiras heterossexual e heteroafetiva de viver e conviver. Com isso, se aflora o processo de exclusão por sujeitos que de alguma forma fujam desse padrão heteronormativo e que eventualmente possam a vir formar uma família homoparental, por exemplo.

Mas vale lembrar que pessoas LGBTQ, em sua maioria de vezes, já nascem e crescem em ambientes com família formadas por homem, mulher e filhos ou filhas, e que costumam se relacionar sexualmente e romanticamente com pessoas do gênero oposto. Neste cenário é contraditório em si mesmo a homossexualidade e a homoafetividade, olhando-se por esse lado. Ainda não há um consenso nas várias áreas do conhecimento sobre como se forma detalhadamente o desejo homossexual. Portanto, ainda não é possível afirmar enfaticamente como ela surge. Nosso esforço se encaminha muito mais no campo do discurso. Pois se o discurso forma a subjetividade, como um discurso predominante forma sujeitos que contradizem a ele próprio? Isso é algo a ser pensado. Pessoas LGBT emergem desse campo e lutam pela sua existência e pela legitimidade de poderem formar suas próprias subjetividades. Podemos concluir então que existe um discurso geral e binário (heterossexual e homossexual) predominante e que na contramão deste há uma gama de discursos que prezam pela diferença em relação ao primeiro, não-binários, não-indetitários, entre tantos outros.

O próprio conhecimento ganha uma nova análise. Muda-se a forma de ver e analisar os discursos, muda-se também a forma de pensar sobre o conhecimento. Sujeitos de um determinado discurso, sob essa ótica, são capazes de elaborar conhecimentos de acordo com o

tipo de discurso em que está relacionado diretamente. Além disso não é apenas um sujeito que faz o discurso. Ele é um processo histórico e social e que se faz enquanto ação prática de um enunciado. Para Veiga-neto:

Nunca é demais lembrar que uma prática discursiva não é um ato de fala, não é uma ação concreta e individual de pronunciar discursos, mas é todo um conjunto de enunciados que “formam o substrato inteligível para as ações, graças ao seu duplo caráter de judicativo e ‘veridicativo’”. Isso equivale a dizer que as práticas discursivas moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele. E, ainda que uma prática discursiva dependa da nossa vontade, essa não é suficiente para gera-la e fazê-la funcionar. (VEIGA-NETO, 2007. p. 93)

No entanto, há uma problemática que merece uma devida atenção. Como analisar um fato dado como verdadeiro por alguns sujeitos por um lado e por outro lado estes mesmos fatos são dados como falsos? Nesse empasse parece caber a discussão sobre a heteronormatividade.

Para Foucault o discurso não é verdadeiro e nem falso. Bem como não é interessante analisar isso mas sim os processos que os estabelecem. Os procedimentos que separam a verdade de seu oposto, ou ainda as nuances e as possíveis camadas do que pode ser considerado verdade para alguém ou algo em determinado contexto e posição social. Veiga-neto enfatiza que:

(...) os discursos –bem como os silêncios- se distribuem em níveis diferentes e constantemente cambiantes, cuja variação é função de múltiplos elementos, tais como “quem fala” e “quem escuta”, sua posição na trama discursiva, suas relações dentro de uma instituição e as relações entre diferentes instituições, além da disposição dos próprios enunciados. São os enunciados dentro de cada discurso que marcam e sinalizam o que é tomado por verdade, num tempo e espaço determinado, isso é, que estabelecem um regime de verdade. (VEIGA-NETO, 2007, p. 101)

A esta verdade não nos referimos simplesmente por uma posição de valorização do que é verdade ou não, mas mais no sentido de entender os processos que a formam e as consequências excludentes quando uma verdade sobrepõe outra em uma relação de poder. Desta forma buscando compreender quais sujeitos estão por trás de um enunciado, quais os processos que o motivam aparecer e os interesses que estes vêm neste horizonte discursivo.

Ser homossexual não é fácil. Compreender-se, aceitar-se, assumir-se fazem parte de um longo e doloroso processo, principalmente quando o indivíduo cresce e vive em um ambiente familiar tradicional/religioso. Portanto, não é de se surpreender quando este indivíduo abre-se a uma experiência amorosa e passa a viver em conjunto outro ser homossexual. Isso é ainda mais complexo quando percebemos uma sociedade que exclui formas outras de conjugalidade. A população gay não teve por muitos anos um lugar social no

âmbito familiar nem teve um referencial de construção familiar. Desta forma, os casais homossexuais não possuíam uma visão de vida em união. Mas, em 2013 com a legalização do casamento gay este cenário começou a mudar. A partir disso, os direitos da população LGBT foram cada vez mais sendo reconhecidos. No entanto não podemos esquecer que a cultura ainda é excludente e os casais gays muitas vezes não são vistos com bons olhos, infelizmente no próprio seio familiar ao qual cada um está ligado. Defendi (2010) fala que:

Todas essas questões produzem grande impacto subjetivo seja na formação, manutenção e cotidiano de quem vivem conjugalmente com alguém do mesmo sexo. A necessidade em criar estratégias sejam elas cognitivas, afetivas e relacionais se impõem de forma imperiosa para esses casais e entendemos que o trabalho psicoterápico pode ser um recurso de grande valia para situações de crise e promoção de saúde e qualidade de vida a esses casais. (p. 36)

Entre as dificuldades diárias que o casal homossexual passa está a aceitação social, no ambiente de trabalho, na universidade, nas igrejas, nas famílias de origem, etc. Os conflitos que eles passam ao sair de casa para viver juntos é um aspecto fundamental para entender o confronto que existe nessa mudança.

Comprendemos que o preconceito, a discriminação e a exclusão por parte da chamada família tradicional que preza por valores normativos e institucionais de família (homem + mulher + filhos) estão compreendidos no campo de um discurso moral e reforçado pela educação que se dá no meio familiar e nas escolas. A este assunto Britzman (1996) fala que é necessário repensar o currículo escolar de maneira a problematizar a sociedade de identidades e os discursos de representação e de poder cultural ou até mesmo religioso. Desta maneira, seria um caminho para também repercutir nos espaços familiares e provocar um debate ou reflexão sobre como somos criamos e sobre quais valores de juízo estão de fato condizentes com um discurso de amor que a maiorias das religiões tanto pregam.

CONCLUSÕES

As conclusões parciais que chegamos foi que mesmo diante de um modelo familiar hegemônico e excludente, os casais gays possuem como referência social estes mesmos modelos, mas por um outro lado também vêm em si mesmos a quebra de um paradigma estabelecido e o surgimento de novos referenciais de relacionamento afetivo/amoroso.

O instituído, o posto, o padrão é pois o lugar da crítica que precisa ser feita. Neste caso específico, sobre como as famílias vão mudando ao longo dos anos e da história humana. Não obstante, o modelo de família homoparental vem ganhando destaque na academia. Neste

pequeno exercício de pesquisa em que fizemos, pode-se entender que ainda há muito o que se debater para o desenvolvimento de uma compreensão humana mais ampla e libertadora. Deste modo os muros e paredes da universidade precisam cair para permitir que este conhecimento seja amplamente discutido, debatido e compreendido por todos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: Ano de 2012**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>. Acesso em: 08 de março de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: Ano de 2012**. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>. Acesso em: 12 de março de 2018.

BRITZMAN, Deborah P. **O Que é Esta Coisa Chamada Amor?; identidade homossexual, educação e currículo**. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, 1996.

CARROL, Angus e ITABORAHY, Lucas Paoli. **State-Sponsored Homophobia: A World Survey of Laws: criminalisation, protection and recognition of same-sex love**. ILGA, 2015.

CONNELL, Raewyn W. **Gender: In World Perspectives**. Polity: Cambridge, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DEFENDI, Edson Luiz. **Homoconjugalidade masculina, revelação e redes sociais: um estudo de caso**. 2010. 141f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – PUC – SP, São Paulo, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e JA Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANDERS, Gary L. **O Amor que Ousa Declarar seu Nome; do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas**. In: IMBERBLACK, Evan. Os Segredos na Família e na Terapia Familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.